

Opinião do GLOBO

Pente-fino não resolve desequilíbrio estrutural do INSS

Auditoria para cobrir irregularidades é necessária, mas insuficiente para adequar os gastos à realidade

Com o maior orçamento da República, a conta do INSS não tardará a superar o trilhão de reais. Ao mesmo tempo que o crescimento nas despesas com aposentadorias e pensões preocupa, o volume dos gastos traz oportunidade de economias bilionárias. Por isso, enquanto os ministros do Planejamento e da Fazenda trabalham para cumprir a meta de zerar o déficit fiscal, o INSS prepara medidas para economizar pelo menos R\$10 bilhões ainda neste exercício.

A cifra deve ser posta em contraste com o tamanho dos gastos, previstos em R\$ 908 bilhões no Orçamento — projeção subestimada, segundo Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI). “Os benefícios da Previdência aumentaram muito em 2023 e seguem nessa crescente”, diz ela. Apesar disso, há margem para ajustes de pelo menos R\$ 10 bilhões passando um pente-fino em irregularidades, afirmou ao GLOBO o presidente do INSS, Alessandro Stefanuto. Estão na mira o auxílio-doença, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Seguro Defeso, que garante remuneração a pescadores artesanais

no período em que a pesca é proibida. A auditoria começará pelo auxílio-doença. Depois da primeira avaliação, aqueles beneficiários com indicio de irregularidades serão convocados a dar explicações. Stefanuto diz que o pente-fino será “cirúrgico”, para que não haja corrida às agências do INSS. Já houve tentativa similar no passado, e a imagem da Previdência saiu arranhada por obrigar quem recebia regularmente e comprovava direitos. Quanto ao Seguro Defeso, a Previdência pretende usar bancos de dados de estados e prefeituras na checagem dos benefícios.

O BPC traz enorme oportunidade de economias. Ele garante um salário mínimo a idosos de baixa renda ou a deficientes, mesmo que não tenham contribuído para a Previdência. É uma despesa de assistência social. Segundo a IFI, seu custo para os cofres públicos em 2023 foi de R\$ 92,7 bilhões, ou 0,9% do PIB, percentual que tem crescido nos últimos anos. Benefícios de assistência social merecem cuidado especial da Legislativo, se fossem seguidos um decreto de 2007 e uma lei de 1993, seriam avaliados a cada dois anos, indepen-

dentemente da situação fiscal. Mas a oportunidade oferecida pelo pente-fino não deve ser desperdiçada.

A pressão sobre os sistemas de seguridade derivada da demografia. No Brasil, com a população envelhecendo, o contingente de aposentados tem crescido em velocidade superior ao ingresso no mercado de trabalho dos jovens, necessários para financiar aposentadorias e pensões por meio das contribuições previdenciárias. Apenas no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), dos trabalhadores da iniciativa privada, o déficit, entre 2013 e 2022, cresceu a uma média anual de 6,3%, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU).

Por isso, do ponto de vista das contas públicas, a preocupação com o INSS precisa ir além dos desvios e irregularidades em benefícios. O país levou duas décadas para fazer a reforma previdenciária de 2019. Mas ainda gastamos com Previdência 12% do PIB, ante média de 8% da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne países mais velhos e mais ricos. É preciso desde já pensar numa nova reforma capaz de adequar os gastos previdenciários às possibilidades da sociedade.

Iniciativa de estados do Sul e Sudeste contra o crime merece incentivo

Diante da omissão do governo federal, ações conjuntas são louáveis. Mas é preciso não criar ilusões a respeito

Foi positiva a decisão tomada pelo Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Coiad) na área de segurança pública. Na presença dos governadores do Rio, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e seus representantes, reunidos em Porto Alegre, ficou decidido que os estados constituirão um Gabinete Integrado de Inteligência e Segurança Pública (GIISP). Mas, para que esta não se torne apenas mais uma sigla entre as incontáveis na burocracia pública nacional, a iniciativa não pode esperar muito tempo para mostrar resultados. Trabalho não falta.

A proposta dos estados, responsável por 70% do PIB, é sensata, mas demorou a ser formulada. A ideia — necessária em virtude da omissão do governo federal diante da escalada da violência — é haver compartilhamento de técnicas na investigação de homicídios, em policiamento preventivo e extensivo, combate ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de di-

nhêiro, inteligência policial e repressão a crimes cibernéticos. Gestão integrada de segurança pública também é mencionada como tema a ser abordado pelos policiais do Sul e Sudeste.

Seria desejável que os sete estados, por onde transitam as quadrilhas do crime organizado, criassem espaços não apenas para troca de conhecimentos técnicos, mas também para integração de operações. As maiores facções criminosas estão à frente do Estado brasileiro em organização.

A integração do trabalho das diversas forças de segurança costuma existir apenas em grandes eventos, como Copa do Mundo ou Olimpíadas. Criam-se os gabinetes de segurança — e eles funcionam. Passado o evento, tudo retorna ao que era antes. Polícias Militares (PMs) e Cíveis distanciam-se dos crimes considerados federais. Com esse desarranjo institucional, o Brasil, que faz fronteira com os dois maiores produtores de cocaína do planeta (Colômbia e Peru), se converte em grande corredor de

distribuição de drogas, que movem as engrenagens da indústria do crime em suas diversas modalidades.

Nas 96 páginas do Plano Nacional de Segurança Pública, lançado em 2021, uma das palavras mais repetidas é “integrar”. Mas a palavra até agora continua no papel. O Brasil é conhecido por construir planos e programas que ficam na gaveta. Os interesses das diversas corporações da área de segurança são mais fortes que a necessidade de imprescindível de promover a aproximação entre as forças policiais para enfrentar uma criminalidade cada vez mais preparada e mais articulada nacional e internacionalmente.

Diante da omissão crônica do governo federal para tratar como se deve a questão da segurança pública, a iniciativa dos governadores é louável. Mas é preciso não criar ilusões a respeito. Ela só terá êxito se houver uma estratégia nacional para enfrentar o crime organizado, com participação da PF e do Ministério da Justiça. Do contrário, será apenas mais um plano a embelezar as estantes das autoridades.

Artigos

opinioes.globo.com/opinioes/colunistas/fernando-gabeira

FERNANDO GABEIRA

Meu artigo global.com/opinioes/colunistas/fernando-gabeira



Lamentos do Rio

Às vezes, acordo com o barulho de tiros no morto. Sento-me na cama e me pergunto: tiros ou fogos de artifício? Tiros. Volta a deitar seguro: a configuração arquitetônica torna improvável uma bala perdida na minha cama.

Na última semana, a Defensoria Pública do Rio fez um amplo relatório da ação da polícia nas favelas, destinado ao STF. Os dados foram colhidos das câmeras dos soldados.

Foram muitas as abordagens violentas. Instado a comentar o tema, pensei em falar na educação e no equipamento dos policiais. Dei-me conta de que apenas acionava o piloto automático. Com os mesmos recursos, os policiais não repetem sua atuação truculenta nos bairros mais ricos da cidade.

Tudo isso me reforça a sensação de que vivemos numa área protegida do caos urbano no Rio Janeiro, ameaçada apenas por pequenos furtos e alguns assaltos. Grande parte do Rio, talvez mais da metade, está sob controle de grupos armados, milícia ou tráfico. A chegada do poder público simbolizada pela polícia traz mais apreensão e confrontos violentos.

O jovem advogado Rodrigo Crespo foi assassinado no Centro do Rio. Dos três suspeitos, um era da PM, e dois trabalhavam na Assembleia Legislativa. Isso é mais uma demonstração do quadro de corrupção das trevas: crime, polícia e políticos entrelaçados. Já no passado, o escritório do crime que funcionou no Rio revelou também que um de seus líderes trabalhava num gabinete parlamentar. Tudo indica que o crime organizado no Rio não se limita a produzir recursos por meio da venda de segurança, gás, do transporte em vans e construções irregulares. Emprega também alguns dos seus atores no próprio Parlamento estadual.

O cerco cada vez mais se fecha sobre a área que ainda consegue respirar alguma liberdade no Rio. Em breve teremos eleições, o que me parece mais uma insanidade, no sentido dado à palavra por Einstein: fazer as mesmas coisas e esperar resultados diferentes.

O Rio continua ocupado por milícias e tráfico, apesar da queda do grupo de Santa Cruz na semana que passou. Mesmo as quedas não conseguem resolver esse problema, pois um novo grupo ocupa o espaço vazio. Não há esperança de que as eleições resolvam o problema, sobretudo num estado com tantos governadores que já foram presos. A possibilidade maior é que voltem à cena políticos que passaram pela penitenciária.

É provável que, no futuro próximo, a área que ainda respira se veja diante de um dilema: resistir coletivamente ou deixar a cidade. Claro que resta ainda a alternativa de nada fazer esperando que o tempo conserte as coisas. Nesse caso, o tempo funciona como uma dimensão mítica que modifica o destino das pessoas sem a interferência delas.

Outras cidades do mundo passaram por esse momento dramático e superaram. Nova York (já parece um lugar sem futuro, Medellín, na Colômbia, era tida como território perdido para o tráfico de drogas e assassinos a soldo, os sicários. Com todo o respeito a esses lugares (Medellín conheci depois da morte de Pablo Escobar), nenhum deles tem perfil paradisíaco da natureza do Rio. A cidade merece uma energia extra para resgatá-la da decadência.

O governo federal chegou a esboçar um projeto de trabalho conjunto com o Rio. Mas o ministro da Justiça, não se sabe como ficará o projeto. O interessante é colocar na mesa do próprio Haddad e convencê-lo de que a insegurança pública inibe novos investimentos e expulsa os existentes. Credo que esse enfoque, facilmente demonstrável, poderia acionar o poder público, embora a tarefa transcenda a governos. É um esforço que depende também da própria sociedade.

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: Jairo Roberto Moreira

VICEPRESIDENTES: Jairo Roberto Moreira e Roberto Moreira, Neto

O GLOBO

publicações globos.com.br

DIRETOR GERAL: Frederico Zupiani Kallit

DIRETOR DE REDAÇÃO: EDUARDO REIS, MATEUS DA SILVA

EDITORES-CHIEFS: FREDERICO ZUPIANI KALLIT (Rio de Janeiro), LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA (São Paulo), LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA (Rio de Janeiro)

EDITORES-CHIEFS: FREDERICO ZUPIANI KALLIT (Rio de Janeiro), LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA (São Paulo), LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA (Rio de Janeiro)

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

OS PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO SÃO:

1. O GLOBO é uma publicação de caráter informativo e de interesse público.

2. O GLOBO não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes do uso de suas publicações.

3. O GLOBO não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes do uso de suas publicações.

ASSINATURAS

Assinaturas: 4002-5300 ou globos.com.br/assin

Assinaturas: 4002-5300 ou globos.com.br/assin